

O globo

09 MAI 1988

Amc X

06B

Pág. 2

09.05.88

Medeiros: Greves exigem bom senso

Telefoto de Paulo César Bravos

SÃO PAULO — A grande lei de greve é a lei do bom senso. Se soubermos usar a greve, ela dará bons resultados; se não soubermos, os resultados serão negativos. A receita é do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, Luiz Antônio Medeiros, que não acredita na ocorrência de movimentos selvagens ou aventureiros, a partir do direito irrestrito de greve aprovado pela Constituinte.

Na opinião do Presidente do maior sindicato de trabalhadores da América Latina, com 600 mil filiados, a nova Constituição deveria dizer apenas que o direito à greve é livre. Ele acha que o trabalhador já atingiu um grau de maturidade muito grande e não faz greves por causas políticas nem participa de movimentos aventureiros.

Medeiros não acredita que a nova estrutura sindical — sem o controle do Estado — aumente o grau de conflitos trabalhistas. Hoje, segundo ele, há amadurecimento de ambas as partes.

— O Estado tem mesmo que ficar longe de nós, pois quando entra num conflito é só para atrapalhar — garante.

Medeiros também não vê no novo texto um aumento sem paralelos do poder sindical, como julgam alguns.

— Poder grande é o poder da base. Quem tem poder é porque tem a base organizada. O resto é bobagem — argumenta.



Medeiros: O brasileiro amadureceu

Defensor da manutenção do Imposto Sindical, o dirigente argumenta que sindicato forte é sindicato rico. E acha importante que exista liberdade para os sindicatos aplicarem o dinheiro onde ele rende mais. O imposto só poderia ser suprimido, diz, de forma paulatina, caso contrário "arrebentaria os sindicatos". Ele não tem informações sobre qualquer lobby dos sindicatos patronais para a manutenção do imposto.

Quanto à unicidade, também aprovada na Constituinte, Medeiros diz apenas que todo trabalhador sabe que é algo importante. E critica a CUT:

— Eles defendem o pluralismo sindical da boca para fora. Quando pegam o dinheiro, mudam de opinião.

Comissão da dívida pode se tornar permanente

PORTO ALEGRE — O Senador Carlos Chiarelli (PFL) anunciou ontem que está convocando para a próxima quinta-feira uma reunião da Comissão Especial da Dívida Externa do Senado para analisar e votar o parecer de seu Relator, Fernando Henrique Cardoso (PMDB). O prazo de funcionamento da Comissão vai até o próximo dia 18, mas Chiarelli e Fernando Henrique querem transformá-la em permanente, ou pelo menos prorrogar os trabalhos até o final da Constituinte.

O Senador advertiu a missão do FMI que está chegando ao País para que atente para o fato de que qualquer acordo assinado agora será temporário, pois o artigo 58, aprovado na primeira rodada de votações da Constituinte, prevê que qualquer acordo do gênero terá que ser autorizado pelo Congresso Nacional.

— Neste meio tempo o Brasil não pode ficar sem um órgão que controle o andamento da dívida externa e acompanhe as negociações, já que a questão se arrastará por muito tempo ainda — disse o Senador gaúcho, justificando a criação da Comissão Permanente.

Chiarelli lembrou ainda que há cinco anos a dívida brasileira era de US\$ 72 bilhões e, desde então, o País já pagou US\$ 55 bilhões.

— Mesmo assim a dívida hoje chega a US\$ 115 bilhões, o que demonstra que o Brasil recebeu novos empréstimos mas não teve nenhum benefício em seu desenvolvimento — concluiu.